



Prefeitura Municipal de Belterra
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.
CNPJ nº 01.614.112/0001-03

PARECER JURIDICO

EMENTA: Direito Administrativo. Licitação, Cancelamento. Possibilidade. Embasamento legal.

RELATÓRIO

Vieram os autos a esta Consultoria Jurídica, nos termos do art.49 da Lei de Licitações, já que a Administração Municipal abriu certame na modalidade inexigibilidade, mediante credenciamento para contratação de empresa aérea com o intuito de fazer o transporte de servidores nos voos comerciais.

Ocorre que a administração comunica que a licitação foi deserta ante o fato de que as empresas aéreas não manifestaram o interesse em se credenciar, conforme estabelece a resolução do TCM-Pa.

Diante desse fato, a municipalidade consulta essa assessoria sobre o revogação/cancelamento ou não do certame.

Analisando o processo licitatório, verifico a existência fática de elementos que justifiquem a revogação da licitação.

A Revogação e a anulação de um processo licitatório está prevista no artigo 49 da Lei 8.666/93, abaixo transcrito:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

De mais a mais, a Administração Pública tem o poder-dever, com ou sem provocação, de anular o ato administrativo, sem que isso se constitua em ato de ilegalidade ou abuso de poder, lição assentada pelo STF no enunciado das Súmulas 346 e 473. Senão vejamos:



Prefeitura Municipal de Belterra
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.
CNPJ nº 01.614.112/0001-03

STF Súmula nº 346 - Administração Pública - Declaração da Nulidade dos Seus Próprios Atos: A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos. STF Súmula nº 473 - Administração Pública - Anulação ou Revogação dos Seus Próprios Atos: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

José Cretella Júnior leciona que “pelo princípio da autotutela administrativa, quem tem competência para gerar o ato, ou seu superior hierárquico, tem o poder-dever de anulá-lo, se houver vícios que os tornem ilegais”.

O poder-dever da Administração Pública de rever seus próprios atos decorre exatamente da necessidade de resguardar o interesse público, revogando e anulando atos administrativos que, mesmo depois de praticados, se tornem lesivos aos interesses da administração.

Voltando ao debate do art. 49 da Lei 8.666/93, que possibilita o ato de invalidação do certame, necessário enfatizar que referida norma prevê duas formas de fazê-la. A primeira é a revogação que deve operar quando constado a existência de fato superveniente lesivo ao interesse público. A segunda é a anulação que opera quando da existência de vício de legalidade (violação as normas legais).

No caso em debate, como já mencionado, a licitação obedeceu a todos os requisitos formais exigidos na lei para a modalidade, foi devidamente publicada, não sendo hipótese de vício de legalidade. Não há que se falar em anulação.



Prefeitura Municipal de Belterra
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.
CNPJ nº 01.614.112/0001-03

Todavia, evidente a existência de fato posterior relevante o que faz com fique impossibilitado de prosseguir, antes o desinteresse das empresas aéreas.

Quando do parecer jurídico no início da licitação, já previ essa possibilidade, já que as empresas aéreas fazem vendas diretas na internet e, como o Município de Belterra tem pouca demanda, faz com que as empresas aéreas não tenham interesse em contratar na forma proposta, já que a contratação pode ser feita via compra direta por cartão de crédito corporativo.

Revogação segundo Diógenes Gasparini “é o desfazimento da licitação acabada por motivos de conveniência e oportunidade (interesse público) superveniente – art. 49 da lei nº 8.666/93”. Trata-se de um ato administrativo vinculado, embora assentada em motivos de conveniência e oportunidade.

Cabe aqui ressaltar que é necessária a ocorrência de fato superveniente e de motivação para que o procedimento da licitação seja revogado pautado no interesse público.

Diversamente do que ocorre com a anulação, que pode ser total ou parcial, não é possível a revogação de um simples ato do procedimento licitatório, como o julgamento, por exemplo.

Ocorrendo motivo de interesse público que desaconselhe a contratação do objeto da licitação, é todo o procedimento que se revoga. Referida lei 8.666/93, art. 49, § 3º, prevê ainda que no caso de desfazimento da licitação fica assegurado o contraditório e a ampla defesa, garantia essa que é dada somente ao vencedor, o único com interesse na permanência desse ato, pois através dele pode chegar a executar o contrato, o que não existe no presente caso, já que a licitação ainda não foi concluída.

Diante do evidente desinteresse das empresas aéreas em contratar na modalidade proposta, opino pela revogação da presente licitação, de forma que se possa comprar diretamente via cartão de crédito corporativo, através da internet e diretamente no site das empresas aéreas, onde se obterá o preço justo




Prefeitura Municipal de Belterra
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.
CNPJ nº 01.614.112/0001-03

do dia e ante a múltipla escolha dentre as companhias aéreas autorizadas a funcionar.

É o parecer.

Belterra, 13 de agosto de 2019


José Maria Ferreira Lima
Assessor Jurídico
OAB/PA 5346